

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO PROFESSOR REGENTE E DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM CAMINHO FACILITADOR AO APRENDIZADO E INCLUSÃO SOCIAL

Sylvia Fernanda Costa Santiago¹

RESUMO: Este artigo propõe-se a avaliar a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula regular e as funcionalidades dos professores regentes e dos professores de atendimento educacional especializado, bem como os desafios encontrados por esses profissionais, ressaltando a importância do trabalho em conjunto do professor regente e do professor de atendimento educacional especializado para a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. Nesse contexto, foi realizado um breve levantamento sobre a legislação brasileira acerca da inclusão da pessoa com deficiência e educação especial. Também apresenta um estudo realizado em uma escola pública municipal que atende alunos com deficiência em sala de aula regular através de questionários de entrevistas que foram aplicados aos professores que fazem acompanhamento com os alunos com deficiência. Conclui-se ressaltando a importância do trabalho conjunto do professor regular e do professor de atendimento educacional especializado como prática facilitadora para o aprendizado desses alunos, a fim de promover um ensino inclusivo e de qualidade, eliminando barreiras e garantindo o processo educacional e social dos alunos com deficiência.

Palavras-chaves: Inclusão-aluno com deficiência-professor. regente-professor de atendimento educacional especializado.

ABSTRACT: This article aims to assess the inclusion of students with disabilities in the regular classroom and the functionalities of regent teachers and specialized educational service teachers, as well as the challenges faced by these professionals, highlighting the importance of the teacher's joint work teacher and specialized teacher of specialized educational care for the learning and development of these students. In this context, the brief survey was carried out on Brazilian legislation on the inclusion of people with disabilities and special education. It also presents a study carried out in a municipal public school that serves students with disabilities in the regular classroom through interview questionnaires that have been applied to teachers who follow up with students with disabilities. It concludes by emphasizing the importance of the joint work of the regular teacher and the specialized educational service teacher as a practice for the learning of these students, in order to promote inclusively and quality teaching, eliminating barriers and ensuring the educational and social process of students with disabilities.

¹ Professora de Letras, Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Christian Business School. E-mail: sylviasantiago@gmail.com.

Keywords: Inclusion-student with a disability-regent. teacher-specialized educational service teacher.

I. INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade da educação voltada para educandos com necessidades especiais, contudo essa modalidade tem a mesma finalidade da educação geral, uma vez que o direito à educação é garantido através da Constituição Federal Brasileira de 1988, conforme o Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [1]

O atendimento educacional deve ser voltado para as diferenças individuais de cada aluno, por isso, a lei institui diretrizes e normas que fundamentam a prática de educação especial e inclusiva através do atendimento educacional especializado.

Na perspectiva da inclusão, o aluno deve ser inserido no meio social para formar vínculos, despertar sentidos e criar laços sociais, sendo assim, a inserção do aluno com deficiência em sala de aula regular proporciona contato e convívio com os demais alunos, promovendo a inclusão educacional e social que auxiliará no processo de aprendizagem desses alunos. Incluir é respeitar e a adoção de posturas de mudanças, onde as pessoas se tornam-se empáticas pelas necessidades do outro faz com que a prática de ensino aprendizagem e a vivência pedagógica seja proveitosa para todos. Dessa forma, professores, alunos e toda a comunidade envolvida representam papel importante no processo da educação e inclusão social.

Diante disso, refletir sobre a educação especial e inclusiva, bem como a inserção do aluno em sala de aula regular ressalta a prática de ensino aprendizagem que é desenvolvida através do professor regente e do professor de atendimento educacional especializado, sendo assim, o trabalho que é desenvolvido em sala de aula através do professor regente em parceria com o professor especializado em educação especial mostra-se necessário para eliminar as barreiras encontradas no processo educacional com alunos deficientes, pois apesar da legislação vigente pontuar a educação especial no Brasil como educação de qualidade sabe-se que existe um longo percurso para

garantir um ensino de qualidade em todas as modalidades, incluindo a educação especial.

Objetiva-se nesse trabalho mostrar o trabalho desenvolvido em escolas de ensino regular em um município do estado de Pernambuco que tem matriculados alunos com deficiência e a rotina do professor regente e do professor de atendimento educacional especializado, além de pontuar os aspectos ressaltados por esses professores que acompanham diariamente os educandos com deficiência e também avaliar o desenvolvimento desses alunos no contexto educacional, intelectual e social.

2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As reivindicações sobre o processo de inclusão escolar iniciaram-se a partir de manifestos de lutas sociais, uma vez que a sociedade se sentia insatisfeita com a ausência de políticas que contemplassem a inserção de educandos com deficiência no ambiente escolar, dessa forma surgiram movimentos voltados a garantir direitos à criança e ao adolescente na educação especial em ambientes educacionais. Desde então, a inclusão escolar tem-se estabelecido através de leis que tornam a sociedade mais inclusiva em diversos aspectos, sejam eles sociais ou educacionais, a fim de buscar adaptações no sistema educacional e social para garantir a inclusão e oferecer mecanismos que se adaptem as necessidades especiais de cada educando.

A Legislação Brasileira institui a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que versa sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência, através do Estatuto da Pessoa com Deficiência, objetivando a promoção da igualdade dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, garantindo a cidadania e a inclusão social.

O capítulo IV da Lei Nº 13.146/2015 trata sobre o direito à educação da pessoa com deficiência e em seu Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. [2]

Ressalta-se o direito à educação da pessoa com deficiência e garantia a educação inclusiva em todos os níveis, seja do maternal ao ensino superior e pós graduações.

Todavia, para alcançar o desenvolvimento e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais do aluno com deficiência de acordo com as suas necessidades de aprendizagem, incumbe ao poder público destinar investimentos nos sistemas educacionais para garantir a acessibilidade, permanência, participação e aprendizagem da pessoa com deficiência. Nessa perspectiva, serviços e recursos que eliminem as barreiras e promovam a inclusão no contexto educacional e social são essenciais para consolidação da legislação.

A Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define educação especial em seu capítulo V, Art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [3]

Em seu Art. 59 fica assegurado através do inciso I e III recursos educativos que atendam às necessidades do aluno com deficiência e acompanhamento pedagógico por professores especializados e professores regentes que sejam capacitados para trabalhar com educandos com deficiência.

200

Dessa forma, as escolas devem disponibilizar salas de aula acessíveis, recursos pedagógicos, professores de atendimento educacional especializado e professores do ensino regular capacitados para atender esses alunos e suas necessidades, através de investimentos do poder público nas escolas da rede pública.

A Resolução CNE/CP n° 1, 2002 Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno direciona diretrizes curriculares que versam sobre a formação de professores da educação básica e seu Art. 1º, evidencia:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica. [4]

Sendo assim, a formação do professor deve abranger diversos aspectos, dentre eles, destacam-se a prática do ensino direcionada ao aprendizado do aluno através da elaboração do projeto pedagógico que contemple o currículo e solidifique o

enriquecimento cultural e a diversidade, além da inserção da tecnologia como prática de inovação.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado através da Lei Nº 13.005/2014, nele estabelece-se diretrizes e metas que visam a melhoria da educação brasileira em seu Art. 8, § 1º, Inciso III evidencia que os entes federados deverão apresentar estratégias que:

Garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades. [5]

Dessa forma, incumbe ao poder público prestar assistência estrutural e educacional e atender de forma universal os educandos com deficiência e garantir que esses alunos tenham acesso à educação de forma humanística e igualitária em todos os níveis de ensino.

3. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - PNEE

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) foi instituída através do Decreto Nº 10.502, DE 30 de Setembro de 2020 onde firmou-se uma Política Nacional de Educação Especial visando a equidade a inclusão e o aprendizado ao longo da vida.

Dentre os princípios e objetivos da PNEE destacam-se em seu Art. 3º nos incisos I ao IX:

- I - Educação como direito para todos em um sistema educacional equitativo e inclusivo;
- II - Aprendizado ao longo da vida;
- III - Ambiente escolar acolhedor e inclusivo;
- IV - Desenvolvimento pleno das potencialidades do educando;
- V - Acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares;
- VI - Participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada;
- VII - Garantia de implementação de escolas bilíngues de surdos e surdocegos;
- VIII - Atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no território nacional, incluída a garantia da oferta de serviços e de recursos da educação especial aos educandos indígenas, quilombolas e do campo; e
- IX - Qualificação para professores e demais profissionais da educação. [6]

Na perspectiva urbanística a arquitetura, mobiliários e equipamentos, transportes, comunicação e informação faz-se necessário a acessibilidade para garantir a equidade e viabilizar as condições de acesso do aluno com deficiência na sociedade, a fim de eliminar barreiras que interfiram na locomoção, comunicação e informação. Para tanto, a articulação entre os setores e governos é indispensável para garantir a implementação das políticas públicas que versam sobre os direitos da pessoa com deficiência.

4. O PAPEL DO PROFESSOR REGENTE E DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O professor regente é o profissional que leciona aulas no ensino regular e geralmente é formado no magistério, pedagogia ou licenciaturas. Esse profissional organiza suas aulas através de plano de aula em conjunto com a escola, todavia no processo de inclusão de alunos com deficiência esse professor aproxima-se do profissional de atendimento educacional especializado para firmar uma parceria, onde ambos discutirão o plano de aula e irão adaptá-lo para as necessidades especiais de cada aluno.

Já o professor de atendimento educacional especializado traçará caminhos facilitadores que garantam o aprendizado do aluno com deficiência baseando-se nos tópicos abordados na sala de aula regular pelo professor regente, dessa forma o aluno será incluído não apenas na sala de aula, mas ele terá direito ao aprendizado do mesmo conteúdo que os demais alunos, sendo realizado de forma adaptativa, através de recursos didáticos pedagógicos direcionados para cada necessidade especial.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo de caso em escolas de ensino regular da rede pública de ensino em um município que tem matriculados alunos com deficiências em sala de aula comum e foram aplicados questionários de entrevistas estruturadas para os professores regentes e professores de atendimento educacional especializado que atuam no ensino de educandos com deficiência.

Foram entrevistados dez professores regentes e dez professores de atendimento educacional especializado que atendem os alunos com deficiências matriculados no município. O questionário de entrevista do professor regente abordou um quantitativo de dez perguntas conforme quadro 1, sejam elas:

Quadro 1 - Questionário de entrevista para o professor regente

1. Você já participou de algum curso específico para trabalhar com alunos com deficiência?
2. A escola que você trabalha incentiva e promove a participação do docente em cursos de capacitação em educação especial?
3. Observando a estrutura da escola em que você trabalha, quais as barreiras encontradas que dificultam a inclusão do aluno com deficiência?
4. Na escola em que você trabalha existe o planejamento pedagógico que aborde a inclusão dos alunos com deficiência?
5. Você utiliza propostas pedagógicas que atendam às necessidades especiais do aluno com deficiência?
6. Como foi sua primeira experiência profissional com alunos com deficiência em sala de aula regular?
7. Para você, existe importância na participação da família do aluno com deficiência para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem?
8. Qual sua opinião em relação a inclusão de educandos com deficiência em sala de aula regular?
9. Quais os desafios encontrados para desenvolver o trabalho do professor regente e acompanhar o aluno com deficiência?
10. Qual a visão desenvolvida através do trabalho de inclusão com alunos com deficiência inseridos em sala de aula regular?

Fonte: Próprio autor, 2021

Dos dez professores regentes entrevistados, todos possuem cursos de especialização em educação especial e inclusiva ou cursos de aperfeiçoamento em educação especial, além disso, o município que os professores lecionam em sala regular

que tem alunos com deficiência inseridos disponibiliza periodicamente capacitação com todos os professores regentes em conjunto com os professores de atendimento educacional especializado. A capacitação é realizada pela secretaria municipal em conjunto com o departamento de educação especial, objetivando a melhoria contínua do trabalho desenvolvido por esses profissionais, conforme respostas as perguntas iniciais do questionário de entrevista.

Das barreiras identificadas pelos professores através das entrevistas, foi identificada a estrutura física da escola que não possui acessibilidade suficiente para atender os alunos com deficiência, além disso, também foi pontuada a falta de recursos e materiais para o professor regente trabalhar em sala de aula regular.

Em relação ao planejamento pedagógico sobre a inclusão desses alunos, todos os professores entrevistados responderam que existe um planejamento que é elaborado pelo departamento de educação especial e inclusiva do município através da coordenação do departamento em conjunto com os professores de atendimento educacional especializado e esse planejamento é desenvolvido em conjunto com o professor regente e o professor do AEE durante o ano letivo.

Todos os professores entrevistados responderam também que utilizam propostas pedagógicas que atendam às necessidades especiais de cada aluno, através do estudo inicial que é repassado pelo professor do AEE, além disso, os professores afirmam que o planejamento das aulas é compartilhado com o professor do AEE para que ele faça as adaptações necessárias que atendam a necessidade do aluno com deficiência que está inserido em sala de aula regular.

Nota-se que existe uma comunicação fluida entre a educação especial e o professor regente, acredita-se que o motivo principal é devido a todos os professores entrevistados já terem conhecimento sobre educação especial e inclusiva, conforme foi identificado através das entrevistas.

No contexto social, todos os professores entrevistados responderam que julgam importante a participação da família para que o aluno alcance o desenvolvimento educacional e social, além disso, todos responderam também que a inclusão do aluno em sala de aula regular é muito importante para que ele desenvolva e aperfeiçoe suas habilidades, sejam elas, emocionais, educacionais e sociais.

Todos os professores regentes entrevistados acreditam que existe uma visão que é desenvolvida através do trabalho com a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula regular, sejam elas, aprendizado, busca de atualizações através de seminários, simpósios e cursos sobre educação especial e inclusiva, além do desenvolvimento da empatia e sintonia no trabalho em conjunto com o professor do AEE que reflete em um novo olhar pedagógico voltado para as particularidades de cada aluno.

Também obtivemos as respostas dos dez professores do atendimento educacional especializados que foram entrevistados através do questionário de entrevista, quadro 2 que abordou as seguintes perguntas:

Quadro 2 - Questionário de entrevista para o professor do AEE

1. Como você organiza o plano do atendimento educacional especializado?
2. Como você classifica a participação da família dos alunos com deficiência no contexto educacional?
3. Na escola que você faz atendimento existe sala de recursos multifuncionais?
4. Em que atividade do atendimento educacional você dedica maior parte do seu tempo?
5. Quais os perfis dos alunos que você atende na sala de recurso multifuncional?
6. Do total de aluno atendidos na sala de recurso multifuncional quantos são da escola que a sala está localizada? Existe dificuldade no quantitativo de salas de recursos multifuncionais?
7. Como são distribuídos os alunos com deficiência para do atendimento educacional especializado do município?
8. Quais as diferenças entre as atribuições do professor do atendimento educacional especializado e as atribuições do professor regente?
9. Quais as suas experiências educacionais anteriores?
10. Qual a sua formação acadêmica?

Fonte: Próprio autor, 2021

As entrevistas realizadas com os professores do atendimento educacional do município através do questionário de entrevista identificaram que os professores organizam seu plano de atendimento com base nas atividades que serão desenvolvidas

pelo professor regente em sala de aula regular e através dele é realizado a organização dos objetivos, recursos e definição da metodologia de trabalho, além disso, o plano é elaborado sempre em conjunto com o professor regente.

Os professores do AEE estão em constante contato com as famílias dos alunos com deficiência e classificam a participação da família como ponto crucial para o desenvolvimento do aluno e fundamental para a concretização do trabalho em conjunto realizado pela escola em função do aprendizado e inclusão social.

Nessa perspectiva, acredita-se que realizar atendimento aos pais dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) juntamente com o educando torna a relação mais próxima, uma vez que o professor do AEE tem o momento de encontro com aluno e os pais, tornando mais afetiva essa relação, com o objetivo de transmitir confiança, transparência e seriedade no trabalho que está sendo desenvolvido.

Dentro do município que foi realizado o estudo de caso, os professores responderam que ainda não existe sala de recurso multifuncional, todavia os gestores das escolas disponibilizam espaços adequados para serem realizados os atendimentos que são realizados sempre no contraturno do qual o aluno está matriculado, nesse espaço estão recursos pedagógicos, atividades e materiais para que o professor do AEE terá apoio para realizar o trabalho com os educandos com NEEs.

Além disso, os professores salientaram que existe o departamento de educação especial e inclusiva no município, neste departamento é realizado reuniões com os professores do AEE junto à coordenação para traçar alinhamentos com toda a equipe. Também são realizadas palestras sobre educação especial e inclusiva, fóruns, debates e jornadas, além de capacitações voltadas para a temática da inclusão.

Em relação as atribuições do professor do AEE, os entrevistados classificaram como atividades que ocupam maior parte do seu tempo a produção de recursos pedagógicos voltados para as necessidades educacionais especiais do aluno, seguido por atendimento aos alunos com NEEs, articulação com o professor regente e atendimento as famílias, dessa forma, percebe-se a produção de recursos voltados para os alunos com base nas atividades propostas pelo professor regente demanda dedicação, tempo e criatividade para elaborar um material de qualidade que atenda a necessidade do aluno

e que facilite o aprendizado, sendo assim, as adaptações que são feitas pelo professor do AEE são de extrema importância para que o aluno alcance o objetivo proposto em cada aula.

Os professores do atendimento educacional especializado contam com a ajuda de monitores que auxiliam na confecção de diversos recursos pedagógicos para o atendimento e adaptação de atividades, a exemplo cita-se os alinhavos, atividades de pareamento, percepção, além de jogos educativos que estimulam a coordenação motora e auxiliam o aprendizado.

Dentre os alunos atendidos pelos professores do AEE destacam-se, o maior quantitativo de alunos com deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência física, Síndrome de Down, deficiências múltiplas, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), além de alunos surdos e cegos. Dessa forma, fica evidente que existem necessidades educacionais diversas, por isso, o trabalho em conjunto do professor regente com o professor do AEE deve ser fortalecido para atender os alunos e auxiliarem o aprendizado.

Os alunos com deficiência matriculados no município com ou sem laudo são encaminhados através do gestor da escola que o aluno está matriculado para o departamento de educação especial e inclusiva municipal, pois o departamento realiza entrevista com os pais e com o aluno para que se inicie os atendimentos, levantamentos e acompanhamentos. As escolas regulares do município matriculam novos alunos, renovam matrícula e fazem transferência em caso de mudança de endereço, pois os alunos são inseridos em toda e qualquer escola do município. Os gestores são responsáveis por inserirem os alunos em sala de aula regular conforme a faixa etária e grupo prevista na legislação.

E relação as atribuições do professor do AEE e do professor regente, os entrevistados responderam que, o professor do AEE produz recursos pedagógicos, faz adaptações nas atividades, realiza atendimento aos alunos com deficiência e trabalha na sala de aula regular onde o aluno com deficiência está inserido, promovendo a inclusão. O professor regente adequa a aula para a compreensão e acessibilidade de todos e trabalha em conjunto com o professor do AEE para fortalecer a inclusão.

De todos os professores do AEE que foram entrevistados, todos já tinham sido professores regentes e alguns já tinham sido professores de classes especiais em outros municípios. Todos têm formação em pedagogia e especialização em educação especial e inclusiva, além de alguns serem neuropsicopedagogos e psicopedagogistas.

CONCLUSÃO

A importância do trabalho do professor regente e do professor de atendimento educacional especializado na inclusão de alunos com deficiência é notória em diversos aspectos, sejam eles educacionais e sociais, sendo assim, faz-se necessário que essa parceria seja fortalecida e que as atribuições de cada profissional sejam desenvolvidas em prol da melhoria contínua do processo de ensino aprendizagem de educandos com deficiência.

O acompanhamento pedagógico de alunos com deficiência deve ser desenvolvido pelo professor de atendimento educacional especializado em parceria com o professor regente, para que a inclusão seja fortalecida e o aprendizado seja baseado nos conteúdos abordados para todos os alunos, ocasionando a equidade no aprendizado, onde o professor do AEE adapta para que o educando com deficiência tenha a mesma oportunidade de aprendizado, mas de forma adaptativa as suas necessidades educacionais especiais.

Para tanto, mostra-se a evidência de que a participação familiar é indispensável para o processo educacional dos alunos com deficiência, uma vez que o papel da família reforça as práticas de ensino que são acompanhadas pelos pais ou responsáveis dos alunos ocasionando uma parceria mútua entre as atividades propostas pelo professor e a desenvoltura do aluno em relação as atividades que são acompanhadas e auxiliadas pelos familiares para que a educação seja vivenciada não apenas na escola, mas também em casa.

É evidente que os desafios farão parte do caminho da inclusão, todavia faz-se necessário que as escolas disponham de um ambiente voltado para o atendimento educacional de alunos com deficiência, além de estrutura física adequada que garantam

acessibilidade desses educandos, a fim de garantir a inclusão e o aprendizado. Sendo assim, reforça-se e salienta-se que a inclusão educacional é um processo que deve ser vivenciado e respeitado por todos, a fim de promover a equidade na modalidade da educação especial e inclusiva, oferecendo oportunidades para todos os educandos.

REFERÊNCIAS

“Brasil,” 05 Outubro 1988. [Online].

Available: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

“Brasil,” 06 junho 2015. [Online]. Available:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

“Brasil,” 20 Dezembro 1996. [Online]. Available:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

[“Brasil,” 18 Fevereiro 2002. [Online]. Available:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192.

“Brasil,” 25 junho 2014. [Online]. Available:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

“Brasil,” 30 Setembro 2020. [Online]. Available:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>.

BRASIL, 24 08 2021. [Online]. Available:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

10 agosto 2021. [Online]. Available:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192.

“BRASIL,” 10 08 2021. [Online]. Available:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192.

“GovBr,” 10 Agosto 2021. [Online]. Available:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192.